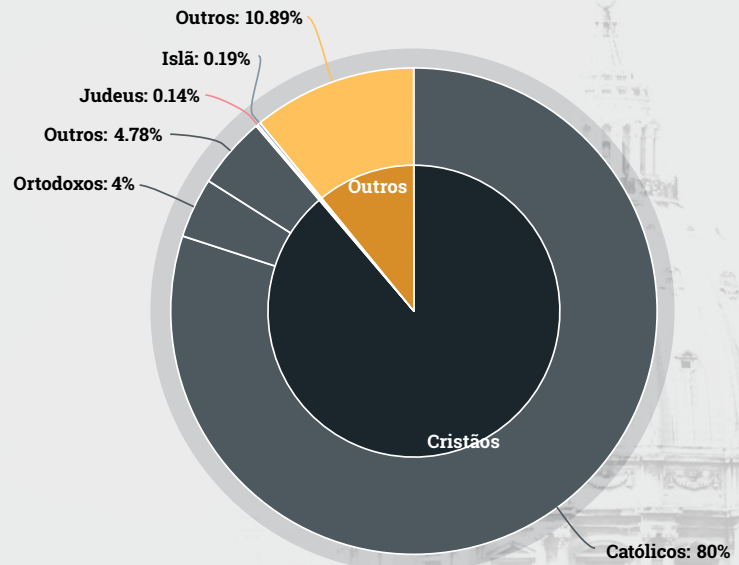


Lituânia



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

Na Lituânia, cada cidadão tem a liberdade de escolher a própria fé e de professar individualmente ou em conjunto, de se envolver no culto religioso e de participar em serviços religiosos. De acordo com a Constituição, não existe religião estatal. A lei define os grupos religiosos como comunidades religiosas. Os grupos de pelo menos duas comunidades religiosas sob uma liderança comum são chamados associações religiosas. Os órgãos dirigentes superiores das associações religiosas são definidos como centros religiosos.

A lei considera nove grupos religiosos “tradicionais”: católicos, grego-católicos, evangélicos, luteranos, ortodoxos russos, antigos crentes, judeus, muçulmanos sunitas, e caraitas. Os grupos religiosos que conseguem identificar a sua presença no país há pelo menos 300 anos são reconhecidos pelo Governo como “tradicionais”. Estes grupos religiosos podem realizar casamentos reconhecidos pelo Estado, criar escolas conjuntas privadas/públicas, dar instrução religiosa em escolas públicas e receber subsídios estatais anuais. Os seus líderes ao mais alto nível são elegíveis para se candidatarem a passaportes diplomáticos, o seu clero e os seus estudantes de teologia estão isentos do serviço militar, e estes grupos podem disponibilizar capelães militares. O Estado faz contribuições mínimas para a segurança social e um seguro de saúde para os líderes religiosos e membros das

ordens monásticas dos grupos religiosos tradicionais. Estes grupos não são obrigados a pagar segurança social e seguros de saúde no caso do seu clero e dos membros das ordens monásticas que trabalham nos mosteiros. As comunidades não registradas não têm estatuto legal ou privilégios estatais. No entanto, a Constituição permite que prestem culto e procurem novos membros.

A Constituição afirma que a liberdade de uma pessoa professar e propagar crenças religiosas pode apenas ser limitada quando for necessário proteger a saúde, a segurança, a ordem pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos outros. Embora este direito nunca tenha sido invocado, durante um período de lei marcial ou um estado de emergência o Governo pode restringir temporariamente a liberdade de expressão da crença religiosa. A discriminação baseada na religião é proibida pelo Código Penal, que prevê até dois anos de prisão por violações desta norma. O código penaliza a interferência em cerimônias religiosas de grupos religiosos “tradicionais” com pena de prisão ou serviço comunitário, e penaliza o incitamento ao ódio religioso até três anos de prisão. É ilegal usar os ensinamentos religiosos das Igrejas e de outros grupos religiosos, as suas atividades religiosas e as suas casas de oração para fins que vão contra a Constituição ou a lei.

Uma lei que permite o abate ritual kosher e halal foi aprovada pelo Seimas (Parlamento lituano) em 23 de setembro de 2014. A nova lei entrou em vigor em janeiro de 2015 e permite a exportação de carne para países predominantemente muçulmanos e para Israel. Os líderes da comunidade judaica elogiaram a nova lei. O Mufti sunita Romas Jakubauskas também a apoiou publicamente. O Governo continuou lidando

com o antissemitismo social e envolveu-se ativamente nas questões do legado do Holocausto, apoiando projetos educativos, culturais, científicos e religiosos judaicos. Em conjunto com a sociedade civil, o Governo trabalhou para promover a educação sobre o Holocausto e a tolerância nas escolas.

INCIDENTES

Houve pessoas que colocaram posts antissemitas na Internet. Em 10 de Julho de 2014, vândalos destruíram sete monumentos funerários no Cemitério Judaico de Kupiskis em Vilnius, e cinco dias mais tarde, outros quarenta monumentos foram vandalizados no Cemitério Judaico de Kaunas.^[1]

Em agosto de 2015 foi realizado no Parlamento lituano um debate sobre a proibição da burca. Os adeptos da proibição referiram a França, que em 2011 implementou uma lei semelhante. O Governo questionou se a imposição ou não de regulamentações legais sobre peças de vestuário estaria relacionada com a vontade da população refugiada muçulmana de se integrar na sociedade lituana.^[2]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Um relatório da Freedom House de 2015 sobre o estatuto da liberdade na sociedade lituana concluiu que a liberdade religiosa é garantida pela lei e aplicada em grande medida na prática. Contudo, refere os privilégios especiais dados aos grupos religiosos tradicionais.^[3]

[1] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238402#wrapper>

[2] <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2015/lithuania>

[3] <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2015/lithuania>